

Presidente promete “gastar o que for preciso gastar” para combater o vírus, ajudar as empresas e as famílias

Vasco Cordeiro garante que nos Açores não há profissionais de saúde infectados por falta de material de protecção individual e que não houve falta de procedimento no Lar do Nordeste

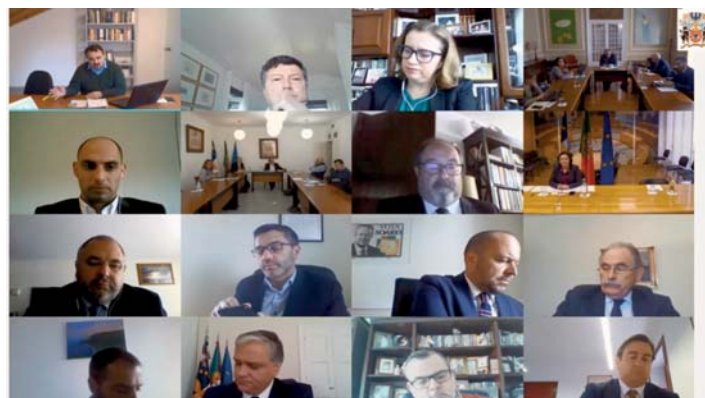
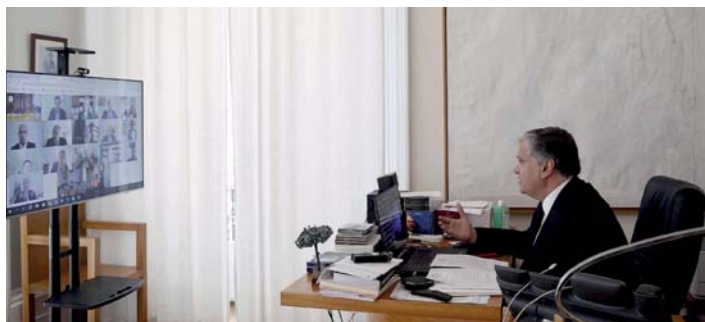
Chamado, e disponível, o Presidente do Governo dos Açores apresentou-se ontem, por vídeo-conferência, na Comissão Permanente da Assembleia Legislativa. As várias forças políticas com assento parlamentar questionaram o chefe do Executivo sobre as medidas tomadas, e a tomar, em vários sectores da actividade num tempo diferente e de confinamento social para o combate à Covid-19.

O chefe do Executivo açoriano, em primeira instância, deixou uma palavra aos açorianos pela maneira como têm acolhido e acatado, no geral, “as medidas, algumas duras, que têm sido tomadas nas últimas semanas”, mas que são necessárias para evitar a propagação do novo coronavírus, admitindo, no entanto, que caso seja necessário, de acordo com o evoluir da pandemia, neste momento controlada, possam ser tomadas “medidas mais severas”, mas sempre garantindo que as mesmas serão “medidas de protecção da saúde pública que assentem em critérios clínicos e técnicos que acompanham a pandemia, coordenados pela Secretaria da Saúde”.

Como sustentou, “a evolução diária desta pandemia à escala mundial, não nos permite fazer qualquer projecção realista quanto ao seu fim, mas estamos a mobilizar todos os nossos recursos e todas as nossas competências para enfrentar esta situação e para minimizar o impacto que ela pode ter, desde logo, na nossa economia e na nossa sociedade”. Essas medidas não são só para a saúde, mas também “de apoio ao emprego e dinamização da economia, não só para fazer face ao imediato mas criar condições para que a nossa região fique o menos fragilizada possível para enfrentar os desafios futuros”.

Vasco Cordeiro fez a cronologia das decisões que foram tomadas pelo seu Executivo, muitas delas antecipadas, medidas que foram tomadas depois de ouvidas as entidades de Saúde e implementadas pelo Governo, sendo que através da Secretária da Saúde foi procedido ao detalhe as necessidades para os profissionais de saúde e o volume de investimento que tem sido feito. Hoje, disse, há uma monitorização diária das necessidades que os profissionais de saúde têm”.

Questionado por vários deputados, entre eles, Artur Lima, do CDS-PP, e Dionísio Faria e Maia, do PS, da capacidade da Região “testar, testar, testar”, anunciou que o Governo vai investir 5 milhões de euros no reforço de reagente e consumíveis laboratoriais para que sejam feitos um total de 400 mil testes ao novo coronavírus, antecipando, assim, necessidades futuras. Estes 5 milhões de euros juntam-se aos 9,3 milhões de euros de investimento na compra de equipamento individual, cuja primeira carga material hospitalar já chegou aos Açores numa operação extraordinária que a SATA Azores Airlines fez à China.



No entanto, alertou que embora nos Açores estejam a ser mobilizados todos os recursos para o combate a esta doença infecciosa, é preciso ter em conta que o material não pode chegar à Região de uma só vez, mas sim gradualmente, devido aos constrangimentos que existem no mercado internacional; isto é, devido à elevada procura porque todos os países são afectados por esta pandemia. Vasco Cordeiro garante que os Açores têm um número médio superior ao existente a nível nacional, por isso “felizmente não foi necessário afectar ventiladores para os Açores”, mas se for necessário, basta avisar Lisboa.

Não há, falta de material para os profissionais de saúde

Desmontou também a ideia de que os profissionais de saúde possam ter sido infectados por não terem material de protecção individual o que não corresponde à verdade e na resposta à deputada do PSD, Mónica Seidi, que queria explicações e saber se alguém havia mentido ao Presidente do Governo, Vasco Cordeiro foi peremptório em afirmar não ter qualquer indicação de que alguém mentiu, mas sim de que “a distribuição de material obedece a regras e não aos pedidos que os profissionais de saúde entendem”. Mais, os profissionais de saúde infectados têm a ver com “circunstâncias da vida e com as relações familiares”

que depois levaram à sua contaminação, reafirmando que “não houve profissionais de saúde contaminados por falta de material”.

Contudo, assumiu que houve sim, a necessidade de movimentar material de uma ilha para outra para que nunca faltasse material, assim como nunca faltou equipamento individual aos corpos de bombeiros”, assim como receberam “formação em matérias específicas relacionadas com a Covid-19, quer em protecção individual e vítimas, quer em relação a equipamentos”.

Artur Lima e Mónica Seidi também abordaram a necessidade de testes nos lares e a deputada social-democrata disse mesmo que “a prevenção nos lares falhou” e quis saber a quem devia ser “atribuída esta responsabilidade”, referindo-se concretamente aos casos do Lar do Nordeste porque a primeira infectada não foi testada como sendo nova admissão, como defende a deputada.

Vasco Cordeiro foi claro: “No Lar do Nordeste não houve falha de procedimento. A doente que foi testada por Covid-19 teve alta no dia 27, e só a 2 de Abril é que o profissional de saúde foi testado positivo. A partir do momento que houve essa possível cadeia, os testes foram feitos no lar a utentes e funcionários. No dia 9 de Março foram restringidas as visitas. A totalidade dos lares já tinham implementado a proibição de visitas (16 de Março) e a 1 de Abril é que aparece a decisão formal”.

À questão de José San-Bento se havia uma nova resposta da União Europeia para ajudar as regiões a ultrapassar esta crise, Vasco Cordeiro diz que tem acompanhado as questões de flexibilidade anunciadas pela Comissão Europeia, só que do ponto de vista da resposta esta não envolve novos recursos mas sim a possibilidade de reafecção das disponibilidades que existem nos actuais programas operacionais. Por isso, torna relevante a decisão que foi tomada em relação ao anúncio de construção do navio, ou melhor de parar com o concurso internacional para a construção de um novo navio para os Açores. Este era um investimento de 48,1 milhões de euros, sendo 41 milhões de fundos europeus e 7,2 milhões de comparticipação do Governo Regional. Este valor total será repartido pelas áreas da saúde, economia e emprego. Isso porque, como disse Vasco Cordeiro em resposta a Artur Lima disse que “os nossos recursos não são ilimitados. As orientações são claras. O que é preciso gastar é para gastar, e o que for para reafectar é para reafectar”. Porque não só a questão da saúde que preocupa, há também as famílias e as empresas, o que no entender do Presidente do Governo têm de ser também tidas em conta, por isso é que o Executivo já lançou várias medidas de apoio, majorando as medidas tomadas pela República, algumas das quais podem ser também usadas pelos empresários açorianos.

João Bruto da Costa (PSD), alertou para a necessidade de ter em conta o papel que a Instituições de Solidariedade Social têm na Região e no apoio social que prestam, assim como para o aparecimento de novos cenários que podem levar a mais pobreza.

Vasco Cordeiro manifestou-se sensível a esta temática e garantiu que a monitorização destas questões são constantes e que em relação às IPSS a atenção às mesmas disse: “Fá-lo-ei com gosto”.

Em relação à SATA e à sua possível privatização, o Executivo açoriano ainda não tem uma decisão oficial sobre esta matéria, embora fosse questionado sobre o assunto por vários deputados, remetendo a questão para as declarações já feitas pela Secretária Regional das Obras Públicas também ouvida em Comissão Parlamentar, e para depois desta crise pandémica, com António Lima, do BE, a salientar a importância de a SATA ser totalmente pública, e assumiu que a intenção do Governo Regional de privatizar a companhia aérea regional “é errada”.

À questão de António Vasco Viveiros, do PSD, sobre a relação que deve haver entre partidos, parceiros sociais e Governo, o chefe do Executivo açoriano garantiu que vai convidar os parceiros sociais e os partidos políticos para analisar a fase seguinte de recuperação da economia e de reforço das medidas de apoio social na Região.